

Executivo diz que não é hora de inovar

BEATRIZ GUIMARÃES
Especial para O Estado

NOVA YORK — Um momento de grave crise econômica não é o mais indicado para o exercício da criatividade, com a elaboração de novos conceitos. Pelo menos é esta a opinião de um executivo brasileiro, diretor de um banco comercial e que diz representar o consenso dos bancos brasileiros nos Estados Unidos: "A situação é muito grave e urgente para que se fique tentando novos caminhos, que já se provaram ineficientes, para dizer o mínimo, disse ontem, em Nova York.

O executivo se refere à etapa de negociação que o Brasil está desenvolvendo junto aos bancos comer-

ciais, lamentando que falte consciência da gravidade da situação por parte do governo brasileiro e do País como um todo. "Se as autoridades norte-americanas do Icerc rebaixarem a qualidade dos empréstimos ao nosso país para *value impaired* (valor prejudicado), haveria a caracterização do *desault* — ou seja, a perda técnica por parte dos bancos. O próximo passo seria colocar essa perda no portfólio dos bancos e com isso eles não poderiam mais emprestar ao Brasil."

Enquanto os negociadores brasileiros, Fernão Bracher e Francisco de Pádua Seixas, passavam por Nova York pela manhã e seguiam para Washington, o comitê dos bancos se reunia com seus 14 principais repre-

sentantes (que falam por cerca de 600 pequenas e médias instituições financeiras credores do Brasil, nos Estados Unidos) para acertar os detalhes finais da pauta que vão apresentar aos negociadores do Brasil, durante as reuniões que devem se prolongar até a semana que vem. Na segunda-feira, deve se unir a Bracher e Pádua Seixas o presidente do Banco Central Fernando Milliet.

Fontes do City Bank, que é o banco norte-americano com o maior volume de empréstimos ao Brasil, se recusaram ontem a comentar a posição daquela instituição nesta nova fase de encontros e reuniões. "Estamos esperando para ver, abertos ao que o Brasil tem para apresentar, e só poderemos falar depois de autori-

zados pelos representantes brasileiros", esclareceu.

Apesar de todo sigilo que tem cercado esta nova rodada de negociações, sabe-se que um dos principais assuntos deverá ser o pagamento simbólico dos juros atrasados que o Brasil deve desde a decretação da moratória, em fevereiro deste ano. A quantia de US\$ 400 milhões, que deve ser a proposta brasileira, não chegou a impressionar um dos membros do comitê dos 14 bancos, que na tarde de ontem afirmou que este número está sujeito a negociações, além de serem feitas discussões sobre as novas taxas de juros, a possibilidade de novos empréstimos ao Brasil, a conversão da dívida e a questão dos pequenos credores.